



## JUSTIÇA DETERMINA

# ALUNOS DEVEM RECEBER FARDAMENTO, ATÉ MARÇO

Ação civil pública ajuizada pela Promotoria da Educação da capital é deferida. Segundo MP, falta de farda contribui para evasão de estudantes mais pobres. **Página 4**

ERNANE GOMES



**DIREITO NEGADO** - Alunos da rede estadual ficaram sem farda nos anos letivos de 2010 e 2011; MP teve que intervir

DIVULGAÇÃO

### SAÚDE

DIVULGAÇÃO



**EXAME** - diagnostica câncer de mama

## Sobram exames de mamografia na rede de saúde de JP

Cerca de 20% dos exames disponibilizados a cada mês pelo SUS não são feitos por problemas no encaminhamento ou falta dos pacientes.

**Página 3**

ERNANE GOMES



**LIBRAS** é 1ª língua das pessoas surdas

## PMJP se compromete a criar sala bilíngue para alunos surdos

MPPB promove audiência para discutir a importância de alfabetizar os alunos com deficiência auditiva em língua de sinais (libras).

**Página 4 e 5**

### VIOLÊNCIA CONTRA IDOSO

## Acusado de maltratar e explorar é preso

**Página 8**

### RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

## Prefeitura de Pocinhos anula concurso público

**Página 6**



**DISQUE 100** já encaminhou 516 denúncias de violência contra crianças e adolescentes ao MPPB **Pág. 7**

### "OPERAÇÃO SQUADRE"

## Milícias são desarticuladas e policiais, presos

**Página 5**

## Espaço do Leitor



“O silêncio social deve ser mais uma barreira quebrada pelo Ministério Público e por toda a sociedade que deseja que ela seja mais igual, mais justa. As parcerias devem ser firmadas e o compromisso vir em primeiro lugar. O compromisso de mudança e de luta pelas melhorias.”

Ismânia Pessoa,  
via facebook

“Consciência, meus caros. Vamos lutar pela integridade de nosso Estado Democrático. Ministério Público com poder de investigação.”

Ramon Neves,  
via facebook

“Excelente iniciativa da Promotoria de Cabedelo [Requisitar censo fundiário no município]. Sou moradora do Intermares e sinto, no dia a dia, os desmandos do Poder Público Municipal. Construções irregulares, falta de infraestrutura, e a nova moda: invasão de áreas públicas como calçadas e canteiros da Avenida Mar Vermelho por corretores de plantão e comerciantes, um verdadeiro ABSURDO!!!! Parece terra de ninguém!!!! Espero que o MPE faça seu papel e cobre providências.”

Luciana Carneiro,  
via facebook

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail [jornal@mp.pb.gov.br](mailto:jornal@mp.pb.gov.br).

## Aprendendo Direito



**Administração direta** - Conjunto de órgãos ligados diretamente aos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Administração indireta** - Conjunto de órgãos dotados de personalidade jurídica própria e criados para a consecução de um objetivo específico do Estado, como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.



Jornal do  
**Ministério Público**  
Social  
João Pessoa, Nov/Dez de 2012 - Ano III - Nº 31

**Procurador geral de Justiça**

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

**1º Subprocurador-geral de Justiça**

Nelson Lemos

**2ª Subprocuradora-geral de Justiça**

Kátia Rejane Medeiros Lucena

**Corregedor-geral do MPPB**

Alcides de Moura Jansen

**Secretário-geral**

Francisco Lianza Neto

**Ouvidor-geral**

Doriel Veloso

**Jornalista Responsável**

Cristina Fernandes

**Integrantes da Assessoria de Imprensa**

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Alexander Carvalho, Cristina Fernandes, Giselle Ponciano

**Projeto Editorial**

Cristina Fernandes

**Projeto Gráfico e Diagramação**

João Damasceno

**Fotografia**

Ernane Gomes

**Chargista colaborador**

Euclécio Fernandes

**Assessor de Imprensa**

Jorge Rezende

**Tiragem:** 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB

TEL.: (83) 2107-6000 SITE: [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)



## ARTIGO

## A Família constituída pelo afeto

\* JAIANE RODRIGUES DE MORAIS

A família como se vê hoje é produto de inúmeras forças sociais não podendo ser sustentada em um modelo adequado. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 instituiu duas profundas mudanças no que se refere a essa instituição: a quebra da chefia conjugal masculina e o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Hoje, a família deixa de ser aquela constituída unicamente por casamento formal, diversifica-se e abrange unidades familiares formadas não só pelo casamento civil ou religioso, mas pela união estável, por grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos e sobrinhos, seja por mãe solteira ou pela união homoafetiva.

Nessa perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil de 2002 trazem novas formas de constituição de família e se efetivam através de seus dispositivos legais. A Constituição de 1988 em seu artigo 227, parágrafo 6º, proíbe a discriminação entre filhos havidos ou não no casamento, não podendo haver distinção entre filiação legítima, ilegítima, natural, adotiva ou adulterina. Percebe-se, portanto, que com o advento da Carta Magna de 1988 e do Novo Código Civil, houve a quebra da relação existente entre o casamento e a legitimidade dos filhos.

Simões (2009) expõe que a família constitui-se a instância básica, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e, também, são transmitidos valores e condutas pessoais. Depreende-se, portanto, que, independente de sua configuração, a família é baseada predominantemente no afeto, sendo esta a principal força que explica sua permanência na história da humanidade.

Nesse contexto aflora a questão da

desbiologização da paternidade, mais conhecida como a filiação socioafetiva. A filiação socioafetiva encontra-se fundamentada em laços afetivos constituídos pelo cotidiano, pelo relacionamento de carinho, companheirismo e dedicação entre pais e filhos.

O reconhecimento da filiação biológica não vincula ao exercício efetivo da paternidade, pois não é suficiente para construir uma verdadeira relação entre pai e filho, por isso é tão comum identificar nas demandas de paternidade, casos em que o filho conhece seu pai por meio de DNA, mas não é reconhecido por meio do afeto.

Os pressupostos que caracterizam a paternidade socioafetiva revelam-se no cotidiano, não se pode provar através de um exame, é construído a base de carinho, amor, pela publicidade, do chamar de filho e o aceitar chamar de pai, caracterizando-se o estado de posse do filho. São o nome, o trato dispensado ao filho e a fama dessa condição, efetivados com a convivência familiar e a livre vontade de ser pai, que propiciam o reconhecimento da filiação afetiva.

A consanguinidade tem de fato um papel secundário na configuração da paternidade. Ser pai não é apenas possuir vínculo genético com o filho, e sim, está presente no cotidiano, instruindo, protegendo e preservando os interesses e o bem estar do filho.

\* Assistente Social – Ministério Público da Paraíba

# Sobram exames de mamografia, em JP

DIVULGAÇÃO

Promotoria da Saúde faz audiência para discutir problema; secretarias devem capacitar médicos sobre encaminhamento

Todo mês o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza 2.870 vagas para mamografias em João Pessoa, mas 22% dos exames não são realizados por falta de pacientes. Para resolver a questão e esclarecer as causas do não preenchimento de todas as vagas disponibilizadas, a Promotoria da Saúde da Capital promoveu, no início de novembro, uma audiência pública com representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), dos Hospitais Napoleão Laureano, São Vicente de Paulo e Universitário Lauro Wanderley e da ONG Amigos do Peito.

Durante a audiência, o promotor da Saúde de João Pessoa, Flávio Wanderley Cabral Vasconcelos, determinou que a SMS realize agendamentos de exames de mastologia 20% a mais do que as vagas contratadas, com a finalidade de diminuir o índice de exames que sobram por mês.

De acordo com informações da Promotoria da Saúde de João Pessoa, a capacidade mensal de realização de mamografias é de 1 mil exames no Hospital Napoleão Laureano, 1.760 no São Vicente de

Paulo e 110 no Universitário Lauro Wanderley.

O diretor de regulação da Secretaria Municipal, Alessandro de Souza, informou que há uma média de 22% de faltas de pacientes aos exames, o que causa a sobra de vagas. Ele disse ainda que já vem agendando pacientes acima das vagas disponíveis, mas ainda assim não conseguiu atingir o número total.

O vice-presidente do Hospital São Vicente de Paulo, Marcos Vinício Dias, afirmou que a quantidade de exames de mamografia ofertados é suficiente, mas é preciso uma mudança de conduta por parte dos médicos e notificação dos pacientes faltosos.

A representante da ONG Amigos do Peito, Joana Marisa Barros, sugeriu que seja realizada a capacitação dos médicos e dos técnicos de mamografia para o correto encaminhamento e realização dos exames.

## CAPACITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa e a ONG "Amigos do Peito" devem promover, até o final de dezembro, uma oficina para os médicos solicitantes dos exames. O evento deve ter a participação e o apoio da Sociedade de Mastologia e orientar sobre o correto preenchimento e encaminhamento dos exames. A mesma capacitação deve ser feita pela Secretaria de Estado da Saúde para os profissionais da rede estadual.



**MAMOGRAFIA** - Mais de 20% dos exames não são feitos e diagnóstico do câncer é comprometido

## EM CAMPINA GRANDE E SAPÉ

# Unidades de Saúde são interditadas

Três unidades de saúde da família foram interditadas após inspeções realizadas pelo Ministério Público da Paraíba, em parceria com os conselhos regionais de Medicina, Enfermagem, Odontologia e Farmácia (CRM, Coren, CRO e CRF, respectivamente), além da Agência Estadual de Vigilância Sanitária.

No dia 13 de novembro, os profissionais de saúde que atuavam nas unidades do PSF I e II, do bairro Jardim Paulistano, em Campina Grande, foram proibidos de trabalhar pelos seus órgãos de classe porque as unidades estão em reforma e as áreas em obras não foram isoladas, colocando em risco os pacientes e a equipe médica.

Conforme explicou a promotora de Justiça Adriana Amorim, a interdição do pré-

diário das UBSF's do Jardim Paulistano só poderia ser feita pela Vigilância Municipal de Saúde, que ao contrário das inspeções anteriores, não mandou ninguém para acompanhar a inspeção no local.

Já no dia 16 de outubro, o posto de saúde São Francisco, que fica no município de Sapé, foi interditado e fechado pela Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa). Na reinspeção realizada no local, os órgãos de fiscalização constataram que a unidade de saúde não apresentava condições de atendimento.

Segundo a promotora Juliana Couto, foram encontrados medicamentos vencidos, condições de higiene precárias, paredes com infiltrações e reboco caindo. A esterilização era feita na cozinha e a sala de vacinação estava em condições

precárias. "Havia um risco de infecção muito grande, por isso decidimos pela interdição até que a prefeitura tome as providências adequadas", explicou a promotora.

Os órgãos de fiscalização e conselhos de classe vão encaminhar os relatórios da inspeção para a Promotoria que, por sua vez, vai ajuizar uma ação civil pública para obrigar o município a sanear as irregularidades constatadas.

## INTERDIÇÕES

De acordo com a coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Saúde do MPPB, desde o início do ano mais de 60 unidades de saúde foram interditadas porque funcionavam em condições precárias, colocando em risco os pacientes e os profissionais de saúde.

REPRODUÇÃO



**CAMPINA GRANDE** - Unidades de saúde sofrem interdição ética e usuários ficam sem atendimento

## TARJA PRETA

# CRF denuncia distribuição irregular de medicamentos

O Conselho Regional de Farmácia (CRF) denunciou ao Ministério Público da Paraíba a distribuição irregular de medicamentos psicotrópicos, conhecidos como "tarja preta", nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSFs), em Campina Grande.

Esse tipo de medicamento deve ter acompanhamento de farmacêutico, o que não vem ocorrendo, segundo a denúncia. O assunto foi tratado em audiência, no dia 13 de novembro, na Promotoria da Saúde de Campina com a Secretaria Municipal de Saúde e o CRF.

Durante a audiência, o coordenador de fiscalização do CRF, Olívio Rodrigues de Almeida, assegurou ao promotor Luciano de Almeida Maracajá, na presença da secretária de Saúde do município, Marisa Torres Agra, que na UBSF Wesley

Cariri, os psicotrópicos são armazenados no consultório do médico da unidade, que se encarrega de entregá-los aos pacientes que necessitam desses medicamentos, sem o acompanhamento de um profissional de Farmácia, como determina a lei.

Diante da grave denúncia, o promotor Luciano Maracajá estabeleceu prazo de 30 dias para que a secretária Marisa Agra apresente ao Ministério Público um plano de entrega dos medicamentos "tarja preta" que inclua a presença de farmacêuticos. Ele sugeriu, inclusive, a elaboração de um mapa que possibilite às UBSF's maiores condição de repassarem os remédios às unidades de menor porte que existem em suas proximidades, para melhor controle na distribuição definitiva dos psicotrópicos.

# Alunos devem receber farda até março de 2013

ERNANE GOMES

**Justiça acatou ação do MPPB; falta de fardamento provoca constrangimento aos alunos mais pobres**

A Justiça deferiu a ação civil pública do Ministério Público da Paraíba e determinou que o Estado forneça o fardamento escolar da rede estadual de ensino de João Pessoa, no início de cada ano letivo, até o mês de março. Caso não cumpra a decisão judicial, será cobrada multa diária de R\$ 10 mil. A sentença foi proferida pela juíza da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Aylzia Fabiana Borges.

A ação foi ajuizada pela Promotoria da Educação de João Pessoa em 2010, depois de instaurar procedimento administrativo para verificar o atraso na entrega do fardamento.

Segundo informações da Promotoria, em resposta aos ofícios encaminhados pelo

MP, a Secretaria de Educação afirmou que a entrega estava prevista para período próximo, em virtude de atraso dos fornecedores.

Ainda segundo a ação do MP, findo o primeiro semestre letivo de 2010, o fardamento de rede pública estadual da Capital ainda não havia sido entregue, acarretando constrangimentos e até mesmo evasão escolar. “Com efeito, a falta de vestimentas adequadas é uma das causas de evasão escolar dentre a população de baixa renda”, dizia o texto da ação.

Na sentença, a juíza destacou que o Estado “não vem honrando com a sua obrigação, pois ele mesmo informa que, em agosto de 2011, celebrou contrato para aquisição do fardamento mencionado, ou seja, apenas no segundo semestre do ano de 2011, os alunos da rede estadual de ensino tiveram acesso aos uniformes escolares e de forma incompleta”, pois receberam somente as camisas.



**DIREITO NEGADO** - Alunos da rede estadual de JP não receberam fardamento em 2010 e 2011

## “LIBRAS-PORTUGUÊS”

# Município de João Pessoa deve criar sala bilíngue para alfabetizar alunos com deficiência auditiva

O Município de João Pessoa se comprometeu junto ao Ministério Público da Paraíba a criar, no próximo ano letivo, uma sala bilíngue “Libras-Português” para atender os alunos de cinco e seis anos de idade que têm deficiência auditiva.

O compromisso foi assumido pela Secretaria de Educação de João Pessoa no dia 12 de novembro, durante a

audiência pública promovida pela Promotoria de Justiça da Educação de João Pessoa para atender a uma reivindicação de entidades e do Movimento de Pessoas Surdas na Paraíba: a criação de escolas bilíngues na rede pública de ensino.

A ideia é garantir que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) seja a primeira língua das pessoas surdas e para isso, os alunos surdos seriam

alfabetizados em libras por um professor também surdo. Nessa proposta, a língua portuguesa seria a segunda língua dos alunos com deficiência auditiva.

Segundo o Movimento de Pessoas Surdas, já existem experiências bem sucedidas em cidades como Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e no estado de Santa Catarina. Em João Pessoa, o projeto-piloto

deve funcionar na escola municipal de ensino fundamental (EMEF) Matias Freire, localizada no bairro da Torre.

Lá, a Secretaria de Educação de João Pessoa já disponibiliza cursos de libras para as pessoas da comunidade. Através da experiência piloto, será possível avaliar se é viável criar escolas bilíngues libras-português, na rede pública de ensino municipal e estadual.

## Proposta do MEC não contempla reivindicação de movimentos

Um dos assuntos colocados em pauta na audiência pelos representantes das secretarias de Educação e da Fundação de Apoio ao Deficiente (Funad) foi a política de educação inclusiva do Ministério da Educação (MEC) implementada nos estados e municípios brasileiros.

Nessa proposta, os alunos surdos devem ser matriculados em salas de aula regulares junto com alunos ouvintes, sendo assistidos por intérpretes de libras.

A representante da Funad, Lenice Carneiro, disse que existem 642 alunos com diagnóstico de surdez matriculados na rede estadual e que várias ações estão sendo feitas para promover a inclusão dos surdos na sociedade.

Já a representante da Secretaria de Educação de João Pessoa, Sandra Verônica Ramalho Chaves, disse que a rede municipal possui 129 crianças surdas matriculadas em sete escolas-pólos de ensino fundamental I e II.

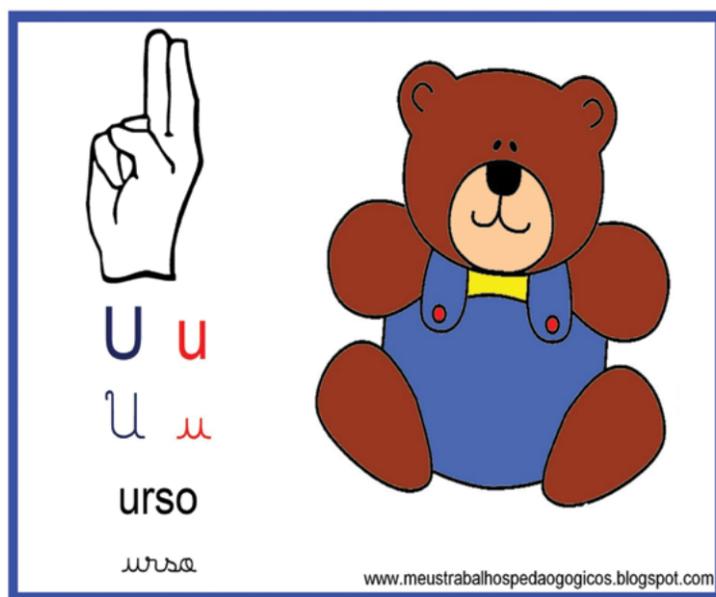
Segundo ela, a reivindicação das entidades e pessoas surdas sobre a criação de escolas bilíngues é contrária à política de inclusão do MEC. Ela também informou que no início de 2011, a secretaria chegou a abrir vagas para criar uma sala bilíngue na escola municipal Radegundes Feitosa, mas apenas quatro crianças foram matriculadas. Devido à pouca procura, a sala foi fechada e os alunos distribuídos para outras escolas municipais.

## “Língua de sinais é uma necessidade das crianças surdas”

Em libras, o presidente da Associação dos Surdos da Paraíba, Luiz Cláudio Nóbrega Ayres, explicou a importância das escolas bilíngues para o desenvolvimento das crianças surdas. “A pessoa surda percebe o mundo e a sociedade através do visual. É preciso entender que o português é a segunda língua das crianças surdas e que a escola bilíngue é uma necessidade para dar oportunidades às crianças de se desenvolverem bem”, explicou.

A presidente do Centro Suvag (Sistema Universal Verbotal da Audição Guberina), Benedita Dultra de Moraes Almeida, disse que a Paraíba possui 150 mil pessoas com surdez, sendo que 25 mil vivem na capital.

Ela destacou que a proposta também requer que as escolas bilíngues tenham pro-



**ENTIDADES** querem que crianças surdas sejam alfabetizadas em libras

grama pedagógico, metodologia e formas de avaliação do conhecimento que atendam às necessidades do aluno com

surdez. “Não basta um espaço físico para os alunos surdos; é preciso que as escolas regulares tenham programas

pedagógicos que atendam às especificidades do surdo, a sua identidade e a sua cultura. Não queremos o surdo em uma sala de aula separada, com professor que não sabe libras. A escola bilíngue deve contemplar tanto os alunos surdos quanto os ouvintes, sendo que a primeira língua dos alunos surdos será a de sinais. As aulas serão ministradas em libras e escritas em português, mas é necessário que o conhecimento seja transmitido em libras para os alunos surdos”, defendeu.

Segundo ela, para garantir a verdadeira inclusão das pessoas surdas na sociedade, também é preciso capacitar a comunidade escolar, fazendo com que todos os funcionários, professores, alunos ouvintes e os próprios familiares dos alunos surdos aprendam a língua de sinais.

## Entidades alegam falta de divulgação

Entidades de pessoas surdas alegaram falha na divulgação da secretaria de João Pessoa sobre a abertura de sala bilíngue em 2011 e criticam a proposta do MEC. “As políticas (de inclusão) são elaboradas por ouvintes para pessoas surdas. O discurso de inclusão que perpassa os programas educacionais do governo ainda não vê o aluno surdo como sujeito cultural, mas como pessoa com deficiência e necessidade especial. Os surdos lutam pelos seus direitos de pertencerem a uma cultura representada pela língua de sinais, identidade própria, comunidade surda, povo surdo. Essa luta é para conquistar um espaço educacional e social, onde a diferen-

ça surda possa ser respeitada”, disse Benedita.

Já a representante do Movimento Surdo que é professora formada em letras libras, Elisângela de Lima (foto abaixo), foi enfática ao dizer em língua de sinais que “os surdos são a favor da inclusão; mas, na educação, defendem a escola bilíngue”. “É importante que as escolas ensinem as disciplinas em libras. O modelo bilíngue de ensino-aprendizagem tem como objetivo a aquisição de fluência em libras para o aluno surdo. O objetivo é fazer com que a criança surda tenha o desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado na criança ouvinte”, argumentou.

ERNANE GOMES



PARA PROFESSORA SURDA, proposta do MEC não promove inclusão

### AJUSTAMENTO DE CONDUTA

## Irregularidades em escolas de Pocinhos serão sanadas

O Ministério Público da Paraíba firmou sete termos de ajustamento de conduta (TACs) com o Município de Pocinhos para sanar as irregularidades constatadas em sete escolas municipais.

O termo foi assinado pela promotora de Justiça Jovana Tabosa, o prefeito de Pocinhos Arthur Bonfim Galdino e a secretária municipal de Educação Neidenalva Santos.

O município se comprometeu a fazer a manutenção periódica nos prédios onde funcionam as unidades de ensino. Os TACs estabelecem ainda medidas para cada escola. Em relação às escolas José Avelino da Silva e Santa Terezinha, ficou estabelecido que, em 30 dias, serão colocados novos quadros-negros.

Na Escola Maria Nilza

Sampaio, devem ser consertados, dentro de 40 dias, as carteiras quebradas e os banheiros.

Já na Escola Francisco Ferreira dos Santos, foi dado prazo de 40 dias para o conserto das descargas quebradas e para a construção de janelas no lugar dos combogós. Em 120 dias, o piso da escola deverá ser mudado.

Em relação às Escolas Castro Alves, Irmã Santana e José Manoel dos Santos, o município tem 40 dias para consertar as infiltrações, goteiras e vazamentos. Em 40 dias, o esgoto a céu aberto existente nas escolas Santa Terezinha e Irmã Santana deverá ser retirado.

O descumprimento dos TACs resultará em multa e os gestores poderão ser processados na Justiça.

## GIRO PELAS PROMOTORIAS

### Milícias desarticuladas

O Ministério Público estadual (MPPB), a Polícia Federal (PF) e a Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba (Seds) deflagraram, no dia 9 de novembro, a operação “Squadre”.

Quarenta pessoas – entre policiais militares, delegados, agentes penitenciários e civis - foram presas.

Elas são acusadas de integrar três grupos que atuavam como milícias armadas e praticavam diversos crimes, como tráfico e comércio ilegal de armas e munições, extorsão, corrupção e extermínio de pessoas na Paraíba.

A “Operação Squadre” foi o resultado de um ano de investigações feitas pelo setor de inteligência da PF, com o apoio do MPPB e da Seds.

Quatrocentos policiais federais participaram da operação. Ao todo, foram expedidos 75 mandados, sendo 35 de prisão preventiva, dez de prisão temporária e buscas, 11 de condução coercitiva de pessoas e 19 de busca e apreensão de documentos.

Os mandados foram cumpridos nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, Alhandra, Mari, Cajazeiras, na Paraíba e, em Recife e Petrolina, no estado de Pernambuco.

As provas obtidas no curso das investigações devem ajudar na elucidação de vários homicídios praticados por todo o estado da Paraíba.

Ações de inteligência permitiram, inclusive, evitar execuções que seriam praticadas pela milícia.

DIVULGAÇÃO



“OPERAÇÃO SQUADRE” desarticulou milícias e grupo de extermínio que atuavam na Paraíba

### Estupro coletivo I

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) vai pedir a pena máxima para Eduardo Santos Pereira. Ele é acusado de planejar o estupro coletivo de mulheres ocorrido, no início do ano, em Queimadas (a 134 quilômetros de João Pessoa) e de assassinar duas das cinco vítimas do crime hediondo: a recepcionista Michelle Domingos e a professora Isabella Pajuçara.

De acordo com o promotor de Justiça Márcio Teixeira, as provas contra Eduardo são contundentes.

A expectativa é de que ele seja levado a júri popular no Fórum de Queimadas no início de 2013.

As penas máximas para os crimes de duplo homicídio qualificado, cárcere privado, estupro e formação de quadrilha podem chegar a 90 anos de prisão.

### Estupro coletivo II

No dia 25 de novembro, seis dos dez envolvidos no estupro coletivo foram condenados a penas que, somadas, totalizam 184 anos e seis meses de prisão. Os seis condenados vão cumprir a pena no Presídio de Segurança Máxima “PB1”, em João Pessoa. A defesa poderá recorrer da decisão.

A maior pena aplicada foi para Luciano Pereira dos Santos, irmão do mentor do crime. Ele foi condenado a 44 anos de prisão por estupro, formação de quadrilha e cárcere privado. Dois réus foram condenados a 30 anos de prisão pelos mesmos crimes: Fernando de França Silva Júnior (conhecido como “Papadinha”) e Jacó Sousa. Já José Jardel Sousa Araújo e Luan Barbosa Cassimiro pegaram 27 anos de prisão, cada um. A menor pena (26 anos e seis meses) foi para Diego Rêgo Domingues.

Três adolescentes já estão cumprindo medida socioeducativa de internação, em Campina Grande, onde ficarão por três anos.

### Prisão Preventiva

A 4ª Promotoria Criminal de Campina Grande pediu a prisão preventiva dos 18 PMs envolvidos na morte do técnico em monitoramento Tiago Moreira de Araújo. O crime aconteceu no dia 5 de agosto no bairro Monte Castelo. A promotoria também requisitou que o inquérito volte à Delegacia de Homicídios para novas diligências. No depoimento, a esposa da vítima disse que Tiago estava tendo uma crise de abstinência de drogas, quando invadiu a casa de um policial. Lá, ele teria sido espancado até morrer. Na versão do 2º Batalhão da PM, o PM e a esposa que tiveram a casa supostamente invadida foram agredidos por Tiago. Eles solicitaram reforço policial para conter o rapaz.

### Violência em Bayeux

O Ministério Público da Paraíba tem realizado operações permanentes no município de Bayeux, durante os finais de semana. As ações já resultaram na diminuição dos índices de violência no município. Dados do Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Segurança e Defesa Social mostram que os números de Crimes Violentos Letais Intencionais (que envolvem homicídio doloso e mais crimes que resultem em morte) caíram mais de 50% entre o segundo e terceiro trimestres de 2012. Foram registrados 16 crimes de abril a junho e sete, de julho a setembro.

# Quatro PMs do "caso Araxá" são condenados

Outros 69 servidores da segurança pública foram processados pelo MPPB por improbidade administrativa

A Justiça deferiu a liminar requerida pelo Ministério Público e determinou o afastamento das ruas dos quatro policiais militares (PMs) condenados pelos crimes de tortura e abuso de autoridade praticados contra moradores de comunidades pobres de Campina Grande.

A cautelar foi deferida pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande e confirmada, em segunda instância, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba. Além do afastamento por 180 dias do policiamento ostensivo nas ruas, a tenente Ivny Medeiros, o sargento Romero Matias, o cabo José Cosme da Silva e o soldado Demugi de Lucena Alves perderam o porte e tiveram as armas retidas.

Os quatro PMs envolvidos no caso que ficou conhecido como "Araxá" foram condenados, em 2010, a penas que variaram de dois anos e sete meses a seis anos de prisão.

Segundo a denúncia oferecida na época pelo MPPB, eles invadiram sem ordem judicial duas residências do bairro Araxá e agrediram de forma vio-



EM CAMPINA - PMs foram condenados por abuso de autoridade e improbidade administrativa

lenta uma mulher e quatro adolescentes. As vítimas também foram constringidas e ameaçadas sob a mira de armas para que confessassem o assassinato de um policial militar.

Os policiais recorreram da decisão da Justiça paraibana e a ação criminal está tramitando no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

## AÇÃO POR IMPROBIDADE

Os quatro PMs integram a lista dos 73 servidores da área de Segurança Pública que foram processados na esfera cível pelo Ministério Público paraibano, em agosto

deste ano. Trinta e cinco ações civis públicas por ato de improbidade administrativa foram ajuizadas contra 51PMs, cinco bombeiros, 16 agentes penitenciários e um policial civil.

Eles foram condenados ou respondem na Justiça por crimes como homicídio doloso, assalto a banco, tráfico de drogas, estupro, tortura e crimes contra a administração pública, como extorsão e peculato.

Mesmo condenados ou processados por crimes graves, a grande maioria ainda integra os quadros da segurança pública e está em plena atividade,

recebendo salários e mantendo direitos como a prisão especial e o porte de arma.

As ações foram ajuizadas nas comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Bayeux, Patos, Sousa, Alhandra, Araçagi, Araruna, Areia, Aroeiras, Itaporanga, Jacaraú, Princesa Isabel, São José de Piranhas, Serraria e Solânea.

Nelas, o MPPB requer a perda do cargo, a cassação da aposentadoria ou reforma, a suspensão dos direitos políticos e a impossibilidade desses servidores serem contratados novamente pelo poder público.

## Transição não deve prejudicar a população

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) recomendou à atual prefeita de Damião, Maria Eleonora Soares Diniz, e ao prefeito eleito Lucildo Fernandes de Oliveira a adoção de várias medidas para garantir a continuidade dos serviços prestados pela administração municipal e evitar que a população da cidade seja prejudicada com a mudança de gestão, a partir de 2013.

De acordo com a recomendação ministerial, eles terão que providenciar, logo após a homologação do resultado das eleições, a criação de equipe de transição mista, composta por representantes das duas gestões.

Outro grupo de trabalho integrado por técnicos nas áreas contábil, tributária, jurídica e outros setores deverá ser criado para receber a documentação da equipe de transição. Com isso, o novo prefeito poderá se preparar para assumir o governo. O MPPB também recomendou que os gestores observem a resolução normativa número 9/2012, do Tribunal de Contas do Estado (que versa sobre a instituição de equipe de transição).

## RECOMENDAÇÃO

### Prefeitura anula concurso, em Pocinhos

DIVULGAÇÃO

Depois de duas recomendações por parte do Ministério Público da Paraíba (MPPB), o prefeito de Pocinhos, Arthur Galdino (PSDB), resolveu rescindir o contrato com a empresa Metta Concursos e Consultoria Ltda. e anular o concurso público municipal realizado este ano.

A Metta é uma das empresas envolvidas em irregularidades e que foi alvo da 'Operação Gabarito', realizada pelo MPPB em junho deste ano. "Foi evidenciado que a empresa protagonizou um sistema de corrupção, consistente, na manipulação de processos licitatórios e na burla das regras que regem a execução dos certames", ressalta a promotora de Justiça de Pocinhos, Jovana Maria Silva Tabosa, autora da recomendação acatada pelo prefeito.

No Decreto Municipal 51/2012, do último dia 5 de novembro, o prefeito de Pocinhos determinou que a empresa Metta terá que arcar com a despesas do processo,



MPPB constatou que Metta fraudou gabaritos

ressarcir todos os candidatos inscritos no concurso e ainda pagar uma multa de 10% sobre o valor do contrato. Ainda no decreto, o prefeito determina que a Secretaria da Administração de Pocinhos abra outro processo licitatório para o concurso.

#### OPERAÇÃO GABARITO

A 'Operação Gabarito' desarticulou, em 18 de junho deste ano, um esquema criminoso de fraude em concursos públicos no municí-

pio de Caldas Brandão (a 60 quilômetros de João Pessoa), envolvendo servidores da prefeitura e a empresa Metta.

As investigações feitas pelo MPPB constataram irregularidades na licitação vencida pela empresa Metta e fraudes ocorridas na operacionalização do concurso público, através de acordos ilícitos para o ingresso de pessoas no serviço público por meio de pagamento de propina e da concessão de favores. O esquema era comandado pelos sócios da empresa.

Para garantir que pessoas indicadas por integrantes dos poderes Executivo e Legislativo fossem aprovadas no concurso (a fraude era feita com o recebimento prévio da assinatura e da impressão digital dos "apadrinhados" em gabaritos adulterados com respostas preenchidas posteriormente pela própria empresa), o processo de licitação era burlado para que, ao final, houvesse a escolha e a contratação da empresa Metta.

## EM CAJAZEIRAS

### Prefeitura atrasa salários de servidores e é processada

A Promotoria de Justiça de Cajazeiras ajuizou uma ação civil pública contra o atual prefeito do município de Cajazeiras, Carlos Rafael Medeiros de Souza, em virtude do atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos municipais.

De acordo com o promotor de Justiça Túlio Cezar Fernandes Neves, após ser derrotado nas eleições municipais, quando buscava a reeleição, o atual prefeito passou a não honrar a obrigação de pagar ao funcionalismo municipal.

Na ação, a promotoria requereu o bloqueio de 60% do valor de todas as receitas do município, creditados na conta da Prefeitura para garantir o pagamento dos salários e proventos do funcionalismo, até o mês de dezembro de 2012, inclusive o 13º salário.

## EM RIO TINTO

### MP dá parecer a favor da anulação de certame

O Ministério Público deu parecer favorável à ação de iniciativa popular que pede a anulação do concurso público (certame) realizado pela prefeitura de Rio Tinto (Litoral Norte, a 57 quilômetros de João Pessoa).

De acordo com o promotor de Justiça José Raldeck, embora não tenha havido nenhuma fraude ou irregularidade na aplicação do concurso, a anulação se justifica porque a modalidade de licitação feita para contratar a empresa Exame & Consultoria Ltda. não foi a adequada. "A adoção de pregão - que é uma modalidade de licitação de tipo menor preço - não se revela adequada, tampouco conveniente para a contratação de empresa destinada à realização de concurso público com o propósito de preencher cargos do serviço público municipal", argumentou.

Para o MPPB, a elaboração, a escolha do conteúdo programático, a definição de referências bibliográficas, a ordenação de gabaritos, a aplicação e correção de provas, o exame de recursos, a divulgação de resultados e tudo que está vinculado ao concurso são atividades complexas e por isso, a modalidade de licitação para contratar a empresa deveria ter sido "melhor técnica e menor preço".

# "Disque 100" já encaminhou 516 denúncias

Vítimas são crianças e adolescentes; principal violência praticada é o abuso sexual

De janeiro a agosto deste ano, foram encaminhadas pelo Disque Denúncia Nacional (Disque 100) ao Ministério Público da Paraíba 516 denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Isso significa uma média de duas reclamações registradas por dia. Destas, 72% se referem a abuso sexual e 28% à exploração sexual. No MPPB, o Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente é o órgão que recebe as denúncias e remete às respectivas promotorias no Estado.

Para agilizar o encaminhamento das denúncias, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, que coordena o Disque 100, implantou o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) que registra a reclamação online e cada Ministério Público,

através dos Centros de Apoio da Criança e do Adolescente, acessa o sistema para fazer o envio às promotorias.

Segundo o servidor do Caop da Criança do Adolescente do MPPB, Mário Rogério Antunes Filho, antes desse sistema online, as denúncias eram encaminhadas pela SDH via ofício ao Caop que, por sua vez, remetia, também via ofício, às Promotorias da Criança e do Adolescente no Estado, o que atrasava o trâmite. "A Secretaria implantou um novo método com o objetivo de tornar mais ágil o processo. Agora será tudo via internet", explica.

Rogério Antunes informou ainda que o Caop solicitou a criação de e-mails especiais para as 70 promotorias da Paraíba que receberão as denúncias registradas no Simec e um servidor ficará responsável em cada promotoria de checar o e-mail e despachar a reclamação com o promotor. Para tanto, os servidores do MPPB estão participando de treinamentos sobre o novo sistema.



DISQUE 100 - Principal crime praticado é o abuso sexual

DIVULGAÇÃO

## EM SOUSA

### "Nome Legal" promove coleta de material genético

A Secretaria de Saúde do Estado atendeu à solicitação da coordenação do projeto "Nome Legal", do Ministério Público da Paraíba, e agendou para os dias 6 e 7 de dezembro a coleta de material genético para realização de exames de DNA, no Sertão.

Trinta crianças e 30 supostos pais que vivem nas cidades de São José de Lagoa Tapada, São Francisco, Santa Cruz e Aparecida vão ser atendidos na sede da Promotoria de Justiça de Sousa.

De acordo com a promotora de Justiça que coordena o projeto, Renata Carvalho, já existe uma parceria entre o MP e a Secretaria para a realização de exames de DNA para confirmação de paternidade no Hemocentro de João Pessoa.

Semanalmente, a secretaria disponibiliza 30 exames de DNA ao projeto no Hemocentro de João Pessoa. "Nós estávamos tendo a dificuldade com moradores do Sertão que não podiam se dirigir à capital para a coleta do material genético", explicou.

Desde o início do projeto, já foram realizados mais de 700 exames, em 67% dos casos os resultados confirmaram a paternidade da criança ou do adolescente.

## MUTIRÃO

No dia 13 de novembro, o projeto "Nome Legal" promoveu mais um mutirão. Desta vez, 79 mães que têm filhos sem o nome do pai na certidão de nascimento foram atendidas na cidade de Cuité (a 235 quilômetros de João Pessoa). O mutirão começou às 14h, no auditório do Fórum de Justiça de Cuité. Treze reconhecimentos de paternidade foram feitos voluntariamente, sem a necessidade de ajuizar ação na Justiça.

## PMJP publica edital para eleição de conselheiros

A Prefeitura de João Pessoa (PMJP) acatou a recomendação do Ministério Público da Paraíba e publicou o edital elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), disciplinando todo o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares de João Pessoa.

O edital havia sido enviado para o Semanário Oficial do Município desde 24 de outubro e não havia sido publicado até o início de novembro.

O promotor de Justiça da Criança e do Adolescente de João Pessoa, Alley Escorel, explicou que a recomendação foi feita tendo em vista o prazo - que era de 90 dias - para o término do mandato dos atuais conselheiros. "É imperiosa a necessidade de se dar a efetiva publicidade das medidas necessárias para assegurar o devido cumprimento de todas as etapas e prazos que devem ser estabelecidos para adequada condução e conclusão do processo de escolha", disse.

## EM JACARAÚ

### Aliciamento e exploração sexual de adolescentes devem ser investigadas

O Ministério Público da Paraíba requisitou à delegacia de polícia de Jacaraú, no Litoral Norte, a instauração de inquérito para investigar o aliciamento de mulheres e adolescentes do município para a prostituição e exploração sexual na cidade vizinha de Baía de Traição.

Isso porque, na madrugada do dia 22 de outubro, a promotoria de Justiça de Jacaraú, policiais civis e militares e conselheiros tutelares resgataram uma adolescente de 16 anos de Jacaraú que estava sendo explorada sexualmente em uma casa de prostituição localizada em Baía da Traição.

O local foi fechado, a dona do estabelecimento e o marido foram presos em flagrante e já foram encaminhados a unidades prisionais. Segundo o promotor de Justiça da Criança e do Adolescente de Jacaraú, Marinho Mendes, eles poderão pegar de dois a cinco anos de prisão por crime de exploração sexual.

Na casa de prostituição, também foi resgatado um bebê de um ano e seis meses, filho de uma das garotas de programa. Foi ela quem procurou o conselho tutelar de Jacaraú para denunciar que a proprietária do estabelecimento não queria devolver o filho. "Ela disse que trabalhava em regime de escravidão e que quando disse que não queria mais trabalhar lá, a proprietária falou que só devolveria a criança, se ela pagasse R\$ 80,00 para quem estava cuidando



ADOLESCENTES - MP cobra investigação sobre aliciamento e exploração

DIVULGAÇÃO

do bebê. O bebê foi resgatado e entregue aos avós maternos", disse o promotor de Justiça.

## BARES FECHADOS

Na madrugada do dia 21 de outubro, mais um bar onde funcionava uma casa de prostituição e um clube sem licença ambiental onde foram encontrados cerca de 40 crianças e adolescentes desacompanhados dos responsáveis foram fechados em Jacaraú. As interdições ocorreram durante uma operação do Ministério Público da Paraíba, Polícias Civil e Militar, Vigilância Sanitária Municipal, Conselho Tutelar e Sudema (Superintendência do Meio Ambiente).

Segundo o promotor da Criança e do Adolescente de Jacaraú, Marinho Mendes, o clube

Novo Horizonte iria realizar um show da banda de forró "Encantus", quando foi fechado. O promotor explicou que o estabelecimento não tinha autorização da Sudema para uso de som.

Já no bar ocorria a exploração sexual de mulheres oriundas de Natal e o proprietário foi detido pela polícia.

Durante a operação, também foram apreendidas 14 fâcas e diversas motocicletas que estavam irregulares, na cidade.

De acordo com o promotor, o objetivo da ação, que vem acontecendo aos finais de semana, é coibir a prostituição infantil, a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e prevenir a comercialização de drogas. "A sociedade de Bayeux aplaudiu a ação do Ministério Público e dos órgãos parceiros", destacou.

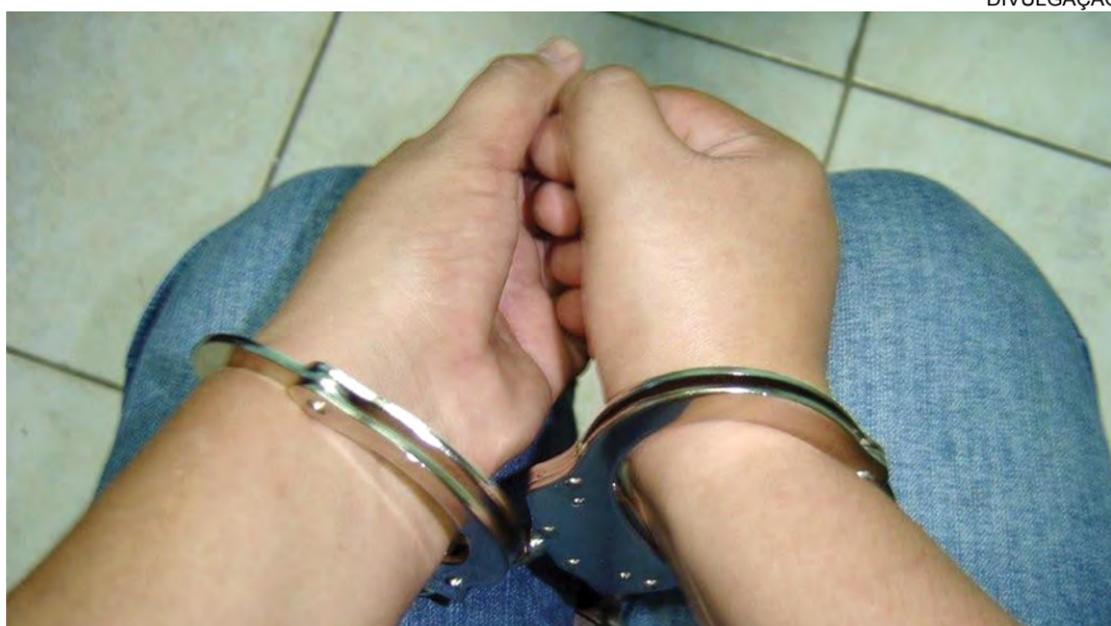
# Acusado de maus-tratos e exploração é preso

Homem ficava com a renda da idosa, de quem era procurador; ele também fez empréstimos de R\$ 24 mil em nome da vítima

A Justiça acatou o pedido do Ministério Público Estadual e decretou a prisão preventiva de Ivanildo Pereira de Sousa, 53 anos. O acusado de praticar crimes de maus-tratos, abandono, exploração e apropriação indébita contra uma família composta por uma idosa, uma portadora de deficiência mental e um adolescente está preso na Cadeia Pública do Município de São João do Cariri (cidade a 216 quilômetros da capital, João Pessoa).

O pedido de prisão preventiva partiu do promotor de Justiça José Bezerra Diniz, da Promotoria de São João do Cariri, depois que foi constatado que Ivanildo, na condição de procurador de duas das três vítimas, praticou vários ilícitos penais. “Ele, há mais de sete anos, gerenciava os recursos dessas pessoas indefesas e mantinha em seu poder as senhas bancárias das duas e outros dados. Ele ficava com todo o dinheiro, enquanto as duas e o menor viviam em condição de miséria”, disse o promotor.

De acordo com as investigações, o acusado ficava com o benefício previdenci-



DIVULGAÇÃO

**NO CARIRI** - Homem foi preso por maltratar e explorar idosa, deficiente e adolescente da mesma família

ário de uma das vítimas e da aposentadoria de outra, cujos valores mensais somados ultrapassavam os R\$ 5 mil. “Ele também contraiu empréstimos bancários em nome de uma das vítimas, chegando ao valor de R\$ 23.700,00”, aponta José Diniz.

O promotor de Justiça também ajuizou ação para cancelar os empréstimos bancários feitos pelo acusado sem

o conhecimento e consentimento da vítima. “Ele também terá que ressarcir todo o recurso que foi desviado dessa família”, destacou.

## TRATAMENTO DESUMANO

Enquanto o acusado ficava com os recursos, as três vítimas estavam vivendo sem alimentação adequada, vestuário, medicamentos e morando numa residência sem nenhu-

ma estrutura e com aparência de abandono. “Ele submeteu essas pessoas a tratamento desumano e vil, deixando-as em estado de abandono”, lamenta o promotor de Justiça.

Segundo o representante do Ministério Público paraibano, outra pessoa considerada idônea da comunidade já está responsável como nova curadora da idosa e da filha dela, que tem deficiência mental.

## Funad não cumpre lei e é alvo de ação

A Promotoria do Cidadão de João Pessoa ajuizou uma ação civil pública para obrigar a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (Funad) a realizar o censo da pessoa portadora de deficiência da Paraíba, conforme determina a Lei Estadual nº 6.096/95.

A ação requer ainda que o censo seja realizado no prazo de seis meses, a contar da condenação, sob pena de multa diária equivalente a R\$ 10 mil.

Segundo o promotor de Justiça Valberto Lira, o Ministério Público vem tentando o cumprimento da lei há bastante tempo e sempre as tentativas não tiveram a acolhida necessária por parte da Funad, a quem, por determinação, cabe à coordenação do censo. “É de suma importância a realização do Censo para conhecimento da situação da pessoa com deficiência no no Estado”, defendeu.

## NO SERTÃO E CARIRI

# Conselheiros do idoso participam de capacitação

ERNANE GOMES

Conselheiros de idosos e profissionais da assistência social de 14 municípios do Sertão e de quatro cidades do Cariri participaram de capacitações promovidas pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Cidadão, com o apoio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano, Tribunal de Contas do Estado e do Conselho Estadual do Idoso.

No dia 17 de outubro, a capacitação - que versa sobre a legislação relacionada ao público idoso (Estatuto do Idoso, Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social, etc), a Política Nacional de Assistência Social e as atribuições dos conselhos municipais do idoso (CMI) e dos conselheiros de idosos -



**EM PIANCÓ** - Promotores Elmar Pereira (centro) e Valberto Lira (à dir.) promoveram palestras

foi realizada no 7o núcleo de saúde, localizado em Piancó.

Participaram conselheiros de idosos e assistentes sociais dos municípios de Aguiar, Catingueira, Coremas, Emas, Igaracy, Nova Olinda, Olho D'água, Piancó e Santa dos

Garrotes, no sertão do Estado.

Já no dia 31 de outubro, o curso foi realizado em Santa Luzia para conselheiros municipais do idoso, profissionais do Cras/Creas (Centros de Referência de Assistência Social) e gestores da assistência social

das cidades de Junco do Seridó, São José do Sabugi, São Mamede, Santa Luzia e Várzea.

No dia 13 de novembro, a capacitação aconteceu no Cariri. Conselheiros municipais do idoso e profissionais da assistência social de Assunção,

Livramento, Salgadinho e Taperoá se reuniram no Fórum Eleitoral localizado no centro da cidade de Taperoá (a 250 quilômetros de João Pessoa) para participar do evento.

Além de palestras, a capacitação também promoveu oficinas. Uma representante do TCE falou sobre os instrumentos de planejamento e monitoramento das políticas públicas voltadas ao idoso e os participantes também puderam esclarecer dúvidas sobre o registro de entidades no conselho do idoso e seu monitoramento e receber orientações sobre as medidas a serem adotadas para prevenir e combater os maus-tratos e a violência praticados contra as pessoas com 60 anos ou mais de idade.

**RÁDIO**  
**MP NOTÍCIAS**

Acompanhe as notícias do Ministério Público pelo programa "MP Notícias" que vai ao ar, todas as terças-feiras, a partir das 6h40 na Rádio Tabajara (1110 AM e 105.5 FM) ou a qualquer hora, no site [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br).

